



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

10 DE
MARÇO DE
2021



REPÓRTER

70

Semana da mulher

O Judiciário paraense agiliza até sexta-feira, 12, sentenças de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher.

> GÊNERO VIOLÊNCIA

A Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belém divulgou amplo estudo com base na análise socioeconômica de vítimas em 4.712 casos acompanhados pelo órgão. O resultado é um retrato da violência de gênero no Pará. A análise revela, por exemplo, que a maioria dos agressores e vítimas têm idade entre 25 e 39 anos. Apenas 6% das vítimas se declaram brancas e 94% afirmaram ser pardas.

AGRESSORES

Entre os agressores, 33% concluíram o nível médio e 10% têm curso superior completo. Entre as vítimas o quadro não é muito diferente: 26% têm nível médio e 20% têm curso superior. Entre os agressores, 71% têm renda de até dois salários mínimos e 29%, entre dois e cinco mínimos. Já entre as vítimas, cerca de 40% não têm renda e apenas 10% ganham acima de cinco mínimos. Em 88% dos casos a agressão é cometida por atuais ou ex-maridos e namorados das vítimas.

EM POUCAS LINHAS

- O Ministério Público do Estado do Pará atendeu, parcialmente, ao pedido da Procuradoria-Geral do Estado e estendeu o prazo para que o governo responda aos questionamentos sobre as medidas tomadas contra a covid-19 e à recomendação para decretar lockdown no Estado.
- A recomendação foi feita na quinta-feira, 4, com prazo de 48 horas para resposta. A PGE alegou que o tempo era curto, já que a equipe da Secretaria de Saúde estaria ocupada com outras ações ligadas ao combate ao novo coronavírus.
- Na segunda-feira, o MPE anunciou que estenderia o prazo por mais 48 horas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

APLICATIVOS

Marabá inicia campanha de adesivação de carros

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

A Promotoria de Justiça de Violência Doméstica de Marabá iniciou, na segunda-feira, 8, no Dia Internacional das Mulheres, uma campanha de adesivação dos veículos de transporte por aplicativo da cidade num ato de desagravo e apoio no combate da violência contra a mulher. Além de receberem um adesivo, os motoristas de aplicativo receberam ainda um cartaz com os números dos canais de denúncia para colar atrás do banco do motorista.

A iniciativa é uma resposta do Ministério Público a uma atitude precon-

ceituosa dos motoristas de aplicativo que estavam rodando na cidade com um adesivo com os dizeres "Aceitamos Xerecard". A frase, que é refrão da letra de um funk, sugere a prática de sexo com mulheres como moeda de troca pelo serviço de transporte de passageiros.

Após tomar conhecimento da situação, a Promotoria de Violência Contra a Mulher de Marabá abriu procedimento que resultou na expedição de uma recomendação às empresas de transporte por aplicativo da cidade solicitando que notificassem todos os motoristas cadastrados a retirarem o adesivo colado nos veículos.



Promotoria de Violência Contra a Mulher expediu recomendação para notificação de motoristas

Empresas foram alertadas

Em reunião virtual ocorrida no último dia 4 de março entre as promotoras Justiça da Violência Doméstica de Marabá, Paula Gama e Alexssandra Mardegan, com os representantes de motoristas de aplicativos de Marabá das empresas Urbano Norte, Flipmob, Losamo, Mobcar, Garupa e Bora 94), 99 e Uber foi debatida a veiculação do adesivo, que inclusive tem o símbolo da empresa multinacional "Mastercard".

Na reunião, os representantes das empresas foram alertados sobre a violação dos mais basilares preceitos da dignidade da pessoa humana, ferindo a Constituição Federal e a Lei Maria da Penha. Diante da gravidade da atitude, os representantes das empresas ofereceram propostas a fim de reverter a situação como o oferecimento de descontos no Dia das Mulheres e sorteio de brindes, por exemplo. Além da ação promovida na segunda-feira, 8, pelo Ministério Público, as empresas de veículos de aplicativo também deverão divulgar em seus grupos de rede social uma campanha específica sobre o tema, demonstrando repúdio a violência contra a mulher.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

CORONAVÍRUS

**Alepa adota cuidados
para volta das sessões****KEILA FERREIRA**
DA REDAÇÃO

PROJETOS

A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) cancelou a sessão ordinária que estava prevista para acontecer hoje (10), em virtude de reparos nas instalações do Parlamento estadual. Hoje seria a retomada dos trabalhos, após a adoção de novas medidas para conter a propagação do coronavírus. A sessão de ontem foi suspensa para o reforço da higienização, que começou na segunda (8), nos gabinetes, plenário, galerias, presidência e nos demais departamentos do Legislativo, seguindo recomendações definidas pela presidência, em conjunto com os deputados.

Em razão do aumento de casos da covid-19 no Estado, semana passada, o presidente Francisco Melo, o Chicão (MDB), anunciou as novas medidas adotadas, entre elas a restrição de acesso do público externo nas dependências da Alepa. Além disso, os deputados foram orientados a reduzir a quantidade de funcionários trabalhando presencialmente nos gabinetes, mantendo apenas aqueles que são essenciais para o funcionamento das atividades.

Até a tarde de terça, a pauta de votação ainda não havia sido divulgada pela Alepa. Entre os projetos que foram apreciados na semana passada e que podem retomar à pauta, está o que cria o Código Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências, apresentado pelo Poder Executivo, e aprovado em primeiro turno, precisando ainda ser votado em segundo turno e redação final, antes de seguir para a sanção do governador. Apresentado pelo Poder Executivo, o projeto define parâmetros de crescimento e distribuição nos municípios das unidades de Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), autorizando, por exemplo, convênios entre a corporação e municípios para a instalação dessas unidades e, se for o caso, treinamento dos agentes de defesa civil municipal, em conformidade com a orientação técnica e operacional dos bombeiros.

Também falta ser votado pelo plenário a redação final do Projeto de Lei de autoria do deputado Bordalo (PT) que obriga bares, casas noturnas e restaurantes a adotar medidas para auxiliar as mulheres que se sintam em situação

Foram suspensas ainda as audiências públicas, sessões solenes e especiais. Já as sessões ordinárias presenciais estão mantidas, mas agora somente parlamentares podem permanecer no plenário, sendo proibido o acesso de assessores. Esta semana, mais um servidor da casa perdeu a vida para a covid-19 por complicações causadas pela covid-19: Marco Antônio dos Santos Braga, engenheiro da Comissão de Obras.

Como forma de prevenção, a Alepa também tem disponibilizado álcool em gel em locais estratégicos com grande fluxo de pessoas e a medição de temperatura dos servidores e visitantes. Após o pronunciamento de cada parlamentar, é feita a higienização da tribuna e microfone.

de risco. Outra matéria, dessa vez de autoria da deputada Professora Nilse Pinheiro (Republicanos), que institui, no Pará, o Programa de Atenção a Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres, foi aprovada apenas em primeiro turno, faltando o segundo turno e redação final. O programa prevê a criação de grupos reflexivos, com caráter educativo/pedagógico, formados por homens encaminhados, preferencialmente, pela rede de serviços como órgãos da Justiça (Tribunais, Varas, Ministério Público, Defensoria Pública), Delegacia da Mulher, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS), Conselhos dos Direitos da Mulher e Organismos de Políticas para as Mulheres.

MPPA arquiva processo contra procurador acusado de racismo

Em áudio vazado na internet, Ricardo Albuquerque fez considerações sobre a escravidão no Brasil e trabalho indígena, durante uma palestra

POLÊMICA

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Gilberto Valente Martins, arquivou o processo contra o procurador de Justiça, Ricardo Albuquerque da Silva, que foi denunciado após fazer considerações sobre a escravidão no Brasil e trabalho indígena, durante uma palestra ministrada para estudantes de Direito na sede da instituição, em Belém. Em um áudio vazado nas redes sociais, Ricardo disse que “o problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar”.

O procurador-geral do MPPA alegou que “em razão da atipicidade da conduta por ele praticada e consequente ausência de justa causa para instauração de ação penal, bem como em função da incidência da excludente de ilicitude de exercício regular de direito ao caso em análise” decidiu arquivar o caso.

Na gravação, ainda é possível ouvir o procurador afirmar que “não acho que nós tenhamos dívida nenhuma com quilombolas. Nenhum de nós aqui tem navio negreiro”, e que os “índios até hoje preferem morrer a trabalhar”.

Na época, a Corregedoria Nacional do Ministério Público instaurou Processo Administrativo Disciplinar contra o procurador por “prática de conduta incompatível com o exercício ou a dignidade do cargo”.

O fato ocorreu no dia 26 de novembro de 2020, quando Ricardo Albuquerque fez considerações visi-



A Corregedoria Nacional do Ministério Público instaurou Procedimento Administrativo na época
FOTO: DIVULGAÇÃO

velmente preconceituosas sobre a escravidão no Brasil e trabalho indígena durante uma palestra ministrada para estudantes de Direito.

DECLARAÇÕES

Veja o que ele disse, da forma que consta nos autos da decisão do Corregedor Nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis Lima:

“A gente não tem culpa de nada. E aqui, professora, eu vou falar uma coisa que talvez muita gente não goste. Mas é o seguinte: eu não acho que nós tenhamos dívida nenhuma com quilombolas. Nenhum de nós aqui tem navio negreiro. Nenhum de nós aqui, se você for ver sua família há 200 anos atrás (sic), tenho certeza que nenhum de nós trouxe um navio cheio de pessoas da África para ser escravizadas aqui. E não esqueçam, vocês devem ter estudado História, que esse problema da es-

cravidão aqui no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar, até hoje. O índio preferia morrer do que cavar mina, do que plantar pros portugueses. O índio preferia morrer. Foi por causa disso que eles foram buscar pessoas nas tribos na África, para vir substituir a mão de obra do índio. Isso tem que ficar claro, ora! Me desculpa você aí, mas se na minha família não tem nenhuma pessoa que tenha ido buscar um navio negreiro lá na África, como é que eu vou ter dívida com negócio de zumbi, esse pessoal. Agora tem que dar estrutura para todo mundo, tem que dar terra pra todo mundo, mas é porque é brasileiro, só isso. É o que eu disse ainda agora, todos são iguais em direitos e deveres, homens e mulheres. Você escolhe o que você quiser ser, não estou nem aí. Mas todos são iguais, todos, todos, todos, absoluta-

mente todos. Não precisa ser gay, ser negro, ser índio, ser amarelo, ser azul para ser destinatário de alguma política pública. Isso tá errado. O que tem que haver, meus amores, é respeito mútuo. Eu lhe respeito, você me respeita, acabou a história. O resto é papo furado. Isso tudo só faz travar a sociedade e eu tô dizendo isso porque eu sei o que rola lá dentro (grifou-se)”.

Mesmo com a decisão, o procurador seguiu na função de ouvidor geral do MP, órgão auxiliar da administração superior do MP.



“Não acho que nós tenhamos dívida nenhuma com quilombolas”

Ricardo Albuquerque,
procurador de Justiça

Ex-companheiro de vítima é preso por descumprir medidas protetivas em Abaetetuba, no Pará

Ofensor chegou a proferir ameaças contra a mulher antes de ser levado à delegacia.

Por G1 PA — Belém

09/03/2021 22h21 - Atualizado há 13 horas



A Polícia Civil divulgou nesta terça a prisão em flagrante de um homem por descumprimento de medida protetiva contra a ex-companheira em Abaetetuba.

A prisão ocorreu na segunda (8), por policiais da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do município, no nordeste do Pará.

Segundo a Polícia, após denúncia da vítima, os policiais foram ao local onde o investigado se encontrava depois de fugir da casa da ex-companheira. Ele chegou a proferir ameaças contra ela antes de ser levado à delegacia.

Com a lei Maria da Penha, o descumprimento de medidas protetivas passou a ser considerado crime. A pena é de 3 meses a 2 anos de detenção.

Quase 5 mil mulheres foram vítimas de violência em Belém em 2020, alerta MPPA

Em mais da metade dos casos registrados, o agressor é ex-companheiro das vítimas



Redação Integrada (com informações do MPPA)

10.03.21 11h31



Somente no ano de 2020, 4.712 mulheres foram vítimas de violência em Belém. Em mais da metade dos casos registrados, o agressor é ex-companheiro das vítimas. Os dados foram divulgados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital.

O levantamento mostrou que fatores como baixa renda, pouca escolaridade e filhos no relacionamento são comuns entre as vítimas de violência doméstica e os agressores. Cerca de 40% das mulheres afirmaram não ter renda nenhuma

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e 51% têm pelo menos um filho com o companheiro violento. Além disso, um terço das vítimas e dos agressores não terminou o ensino fundamental.

Nos atendimentos feitos pelo MPPA, mais da metade das vítimas contou que os episódios de violência eram frequentes e ocorreram durante o relacionamento atual. Já no caso dos agressores, 51% deles eram ex-companheiros das mulheres agredidas e somente 37% estavam em algum relacionamento com as vítimas.

Ainda segundo o levantamento, pelo menos 53% das vítimas relataram que sofrem agressões de modo frequente. Os bairros com maiores incidências de casos de violência contra a mulher são: Jurunas, Guamá e Pedreira. No entanto, o órgão destaca que há casos de violência doméstica em diversos bairros.

MPPA discute políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulher

Além de disponibilizar o relatório com dados anuais sobre a violência doméstica, a Promotoria de Justiça da Mulher também participou de uma reunião virtual com deputadas e com representantes de outros órgãos para discutir políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulher.

No evento online, o promotor de Justiça Franklin Prado falou sobre a importância de políticas públicas para dar habitação e fonte de renda às mulheres que sofreram violência, pois muitas delas dividem o mesmo teto com seus agressores devido à dependência financeira.

Acusado de latrocínio é morto após reagir a cumprimento de mandado de prisão, no Acará

Brás de Sousa Quarema era acusado de assassinar e roubar Rosenildo Silva da Costa em 2018, em Abaetetuba



Redação Integrada

10.03.21 10h40



Um homem identificado como Brás de Sousa Quaresma morreu após reagir ao cumprimento de um mandado de prisão na manhã desta terça-feira (9), na vila Guarumã, no município de Acará, nordeste paraense. Segundo informações da polícia, ele era acusado de latrocínio contra Rosenildo Silva Costa, crime praticado em 2018, em Abaetetuba, e estava foragido desde então.

A Polícia Civil informou que se deslocou até a vila Guarumã para cumprir mandado de prisão preventiva expedido pela comarca de Abaetetuba contra Brás. Chegando no local, a equipe teria sido recebida a tiros pelo acusado. Os policiais, então atiraram de volta e o acertaram.

Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos. Ainda segundo a PC, Brás também era suspeito de atuar na pirataria nos rios de Abaetetuba. A arma de fogo que estava em poder dele foi apreendida e encaminhada para a delegacia, para os procedimentos cabíveis.

O crime

Segundo as investigações, no dia 22 de outubro de 2018, Rosenildo e o filho adolescente estavam em casa, no rio Maúba, em Abaetetuba, quando Brás e um outro homem invadiram o imóvel e passaram a espancar a vítima. Os criminosos subtraíram todo o dinheiro de venda de açaí do homem, além de uma televisão e um DVD.

Em seguida, eles amarraram a vítima, e Brás efetuou um disparo contra ela. O adolescente só não foi morto porque conseguiu fugir da casa. Os criminosos fugiram do local, e Brás passou vários meses escondido em diversas ilhas de Abaetetuba, mas recentemente se mudou para o Acará. O crime repercutiu bastante à época, por conta da crueldade com que foi praticado.